

# Diário do Legislativo de 17/07/1999

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

## SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 21ª Reunião Especial

2 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

3 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

ATA

ATA DA 21ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 6/7/99

Presidência dos Deputados Anderson Aauto e José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Entrega de título - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Celso Furtado - Palavras do Sr. João Camilo Pena - Palavras do Sr. Aloysio Biondi - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aauto - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Wanderley Ávila.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aauto) - Às 19h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado João Paulo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Ângelo Oswaldo, Secretário da Cultura, representando o Governador do Estado, Sr. Itamar Franco; Celso Furtado, ex-Ministro do Planejamento e da Cultura e professor da Universidade de Paris; Armando Costa, Secretário da Saúde; Manoel Costa, Secretário do Planejamento e Coordenação Geral; João Camilo Pena, ex-Ministro da Indústria e Comércio e membro do Conselho Administrativo da Itaipu Binacional; Aloysio Biondi, jornalista especializado em economia, e o Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário desta Assembléia.

### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta primeira parte da reunião à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Prof. Celso Furtado, concedido pelo Sr. Governador do Estado por meio do Decreto nº 40.408, de 14/6/99, a requerimento deste Deputado.

Na segunda parte da reunião, será realizada a Teleconferência Um Caminho para o Brasil, primeiro evento de uma série de conferências, seminários e debates que integram o Fórum Políticas Macroeconômicas Alternativas para o Brasil, promovido em conjunto com a Fundação João Pinheiro, o BDMG e o Governo do Estado.

### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Sr. Presidente

Sr. Prof. Celso Monteiro Furtado, em V. Exa. a Nação tem um servidor completo. Sua inteligência do mundo conduziu-o ao exercício do jornalismo e ao aprendizado do direito. Seu patriotismo conduziu-o às paisagens da guerra europeia. Sua solidariedade para com o povo convocou-lhe a razão para o entendimento das relações econômicas.

Na construção da CEPAL, junto com outros nomes expressivos da inteligência americana - e América, para nós, é sobretudo este continente meridional cujas costas Vespúcio explorou -, V. Exa. indicou os dois caminhos necessários para a força das nações e a felicidade de seus povos: desenvolvimento planejado com distribuição justa de renda e a ordenação do Estado.

Convocado pelo mineiro Juscelino Kubitschek, V. Exa. atuou na execução de suas idéias de justiça e de planejamento econômico, ao criar e administrar a SUDENE, contribuindo para que a distância entre o Sul e o Nordeste se fizesse menor. No exílio, coube a V. Exa. representar a "intelligentsia" brasileira, levando seu saber às mais altas cátedras universitárias do mundo. Ministro da Cultura, Embaixador junto à Comunidade Econômica Europeia, membro da Academia Brasileira de Letras, V. Exa. é, sobretudo, o brasileiro orgulhoso de suas raízes. V. Exa. é homem de saber e de ação, militante incansável do humanismo do Ocidente.

Minas Gerais acolhe-o, hoje, como cidadão destas montanhas, como tem acolhido outros bravos paraibanos que para aqui vieram e aqui fizeram a sua vida. Há um pacto honrado de civismo entre a Paraíba e Minas, selado na gesta gloriosa de 1930. O "nego" de João Pessoa foi o sinal de preparação para o combate contra a prepotência insolente do poder central.

A morte do Presidente da Paraíba, qualquer que lhe tenha sido a causa, foi o toque de avançar na rebelião armada, a fim de que a hegemonia econômica de um Estado da Federação não se transformasse em ditadura política. É conveniente relembrar a altura política de João Pessoa e da Paraíba, quando o pacto federativo encontra-se esfarrapado pela ditadura da tecnocracia do poder central. Sem Federação, como dizia o saudoso Dr. Tancredo Neves, não há república, em um país das dimensões do Brasil.

Na Itália, pôde o jovem Ten. Celso Furtado ampliar a inteligência das glórias e vicissitudes do homem e compreender que nenhum povo é feliz se não dispuser de conhecimento, de solidariedade e de autodeterminação política, confirmada pela capacidade de resistência.

#### Entrega de Título

O Sr. Presidente - Prof. Celso Furtado, ao entregar-lhe o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, posso dizer a V. Exa. que o nosso povo acolhe-o em respeito ao sábio, em reconhecimento ao expedicionário, em admiração ao homem público, no afeto ao compatriota. Tenha como seus, Prof. Celso Furtado, os nossos céus e as nossas águas, os sólidos penedos de nossas montanhas, o empenho de nossa amizade. (- Palmas.)

- Procede-se à entrega do título.

#### Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - O modelo econômico determinado pelos donos do mundo já se encontra em declínio, na nossa avaliação. Nenhuma empresa humana pode durar muito se não contar com a argamassa da solidariedade. Minas tem posição singular na resistência contra a ditadura dos mercados, ou fundamentalismo mercantil, conforme a concisa definição do Prof. Celso Furtado. De Belo Horizonte partiu o primeiro ato de resistência, com a atitude corajosa e honrada do Governador Itamar Franco.

Há poucos dias, participamos de um encontro internacional, em Paris, promovido pelo jornal "Le Monde Diplomatique" e seis importantes organizações internacionais. Todos os 2 mil representantes de 78 países saíram convencidos de que um outro mundo era possível, um mundo no qual o Estado reassume a sua responsabilidade na promoção e garantia da justiça, na administração da solidariedade e na promoção integral do homem. Este fórum que se inicia agora terá prosseguimento nos meses próximos e no ano que vem. Já confirmaram presença, nas futuras discussões, personalidades influentes no pensamento contemporâneo, vindas dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia. Irems discutir aqui as alternativas macroeconômicas para restituir a sensatez às relações internacionais e à administração interna dos Estados, com a recuperação plena da autodeterminação dos povos. Temos o propósito de fazer de Belo Horizonte e de Minas um dos grandes centros de mudança. Qualquer que seja o caminho de transformação, teremos que reconstruir o Estado e, ao reconstruí-lo, terminar a construção da nacionalidade. É sobre isso que falará o Prof. Celso Furtado, a quem tenho a honra de passar a palavra.

#### Palavras do Sr. Celso Furtado

Sr. Presidente, ilustres parlamentares, minhas senhoras, meus senhores, para mim é uma honra muito grande receber o título de cidadão mineiro, porque sou de uma geração que aprendeu com Minas a pensar o Brasil como uma nacionalidade que tem futuro, que tem recursos para enfrentar as vicissitudes que todas as nações modernas enfrentam. Para mim é uma satisfação muito grande, porque, em minha infância, vivi a saga dos anos 30, a saga de João Pessoa. Nesses momentos, Minas era a referência maior para todos nós. Posteriormente, trabalhei junto ao Presidente Juscelino Kubitschek e junto ao Presidente Tancredo Neves. Portanto, tenho relações com Minas muito especiais, as quais muito me honram. Quero deixar bem claro que o homenageado aqui sou eu, o agradecido sou eu. Aceitei o convite para participar deste seminário com a convicção de que se trata de uma reflexão que vai durar muito tempo, exigindo muita coragem dos mineiros e dos brasileiros. Trata-se de repensar o Brasil. Portanto, vou dar os primeiros passos nesse esforço.

Quero me desculpar se nem sempre sou completamente claro, porque o assunto, todo ele, comporta muitas habilidades e muitas indefinições. Prefiro abordar o assunto com os recursos de que disponho normalmente, como especialista nesses problemas de desenvolvimento, apenas com a emoção que também se justificaria, em face da gravidade do momento que vive o País. Portanto, me perdoem se falo mais como um professor de universidade, porque o faço com a intenção de colaborar com aqueles que querem, de verdade, olhar no fundo da problemática complexa que enfrentamos todos nós, brasileiros.

Se existe consenso de que esta é uma era pós-keynesiana, é que percebemos com clareza o alcance da evolução das estruturas de poder. Isso é porque sabemos que o importante hoje é o poder, o poder político mais do que o poder econômico. A visão do processo econômico somente deixa de ser simplesmente virtual quando adquire consistência política, capta os sistemas de dominação social que prevalecem.

As estruturas de poder são nacionais, transnacionais, plurinacionais. Sua evolução vem se dando no sentido da atrofia das estruturas nacionais, de um forte crescimento das transnacionais e no avanço irregular das plurinacionais. As raízes dessas mudanças morfológicas nos sistemas de dominação revestem-se da complexidade dos processos históricos, e não é nosso propósito abordá-las nesta oportunidade. Limitamo-nos a assinalar que a lógica desse processo sofreu profundas mutações, à medida que a ideologia do bem-estar coletivo foi perdendo força, suplantada pela racionalidade mercantil.

A primeira fase de implantação do capitalismo industrial foi marcada pela crescente ascensão das forças sociais que lutavam pelos ideais do bem-estar social. Essas lutas levaram, no século que termina, à implantação ocasional dos ideais socialistas sob a forma de planificação centralizada e, mais freqüentemente, de aumento da participação do Estado na alocação da renda social, conforme o ideário da social-democracia. Em ambos os casos, prevalece a consecução do objetivo da maximização do bem-estar social. Certo, a planificação centralizada, em razão do quadro histórico em que foi implantada, não conheceu evolução política, o que explica sua crescente perda de criatividade e seu final abandono.

A prática da social-democracia produziu resultados bem diversos: a exacerbação da competitividade levou a criatividade a extremos, com hipertrofia da inovação de produtos, o que alimenta o consumismo. Nisso se funda o aumento de poder do capital e a tendência à sua participação crescente na apropriação da renda. Assim, o capitalismo avançado tendeu a concentrar a renda e, subseqüentemente, o capital. O ideal keynesiano de pleno emprego foi abandonado, o que acarretou a degradação do tecido social com aumento da

criminalidade e enfraquecimento da coesão comunitária.

Eu quero dizer simplesmente que o fracasso das grandes experiências políticas do século é amplo. Não é somente de um lado, é dos dois lados, tanto daqueles que fizeram planificação centralizada quanto daqueles que fizeram a social-democracia, uns porque exacerbaram a concentração de poder, outros porque exacerbaram o consumismo e criaram uma civilização totalmente voltada para o desperdício.

A tendência à subutilização do capital explica a grande disponibilidade de recursos líquidos para investir no exterior, o que está na raiz da globalização. Com efeito, esta resulta da ação conjugada de dois vetores: o reforço da oferta de recursos para investir no exterior, que se observa nos países de capitalismo avançado, e a orientação dada a esse processo pelas empresas transnacionais.

Não é fácil captar o sentido das profundas modificações estruturais que conduziram à emergência de um sistema econômico planetário. Existe consenso de que as atividades econômicas articulam-se crescentemente em escala planetária num processo que tem como contrapartida o cumprimento da famosa tese de Marx de dissolução do que se entende como Estado nacional, instituição que historicamente manteve o monopólio da legitimidade do exercício da violência. As funções que atualmente exerce o Estado não desapareceriam propriamente, mas assumiriam outra forma, sem ligação direta com espaços geográficos e demográficos definidos. Essa transformação seria cumprida independentemente de um projeto político, como um processo evolutivo natural, conduzido pela roda da história, conforme a visão determinista do século passado. Não se trata da formação de novo império de amplitude planetária, e sim da superação dos resquícios dos poderes imperiais mediante a prevalência da racionalidade formal que conduz à maximização da eficiência no uso de recursos escassos.

Essa visão utópica constitui tão-somente um exercício de lógica inspirado no princípio de que o progresso é imanente à vida social e manifesta-se sempre que o homem se deixa guiar pela razão. A globalização seria, portanto, a porta de acesso à estrada real que conduz ao uso pleno das potencialidades humanas, ou, para usar um conceito moderno, sinalizaria o fim da história.

A economia capitalista buscou desde cedo a frente externa para expandir-se. A abertura para as transações internacionais alcançou grande intensidade no meio século que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, e os investimentos, particularmente em títulos, cresceram mais do que o comércio internacional já há alguns decênios. O que é realmente novo é a montagem de um sistema produtivo transnacional e global cujo dinamismo traduz-se em novo desenho na alocação geográfica dos recursos e em forte concentração social da renda.

O reforço das disponibilidades de recursos líquidos para investir produzido pelo fim da Guerra Fria e a maior concentração da renda decorrente do impacto das novas técnicas, particularmente o avanço na eletrônica e nos meios de comunicação, consolidaram a posição das empresas transnacionais. As estratégias adotadas por estas serão de influência crescente na alocação dos recursos em todos os países, e não apenas nas economias periféricas.

O modelo de industrialização substitutiva de importações estava longe de haver esgotado suas possibilidades como motor de crescimento, particularmente nos países de mercado interno de dimensões médias e grandes. No caso do Brasil, que mantém grande disponibilidade de solos aráveis subutilizados e acentuada heterogeneidade social, o caminho mais curto para o desenvolvimento continuará a ser por muito tempo o dinamismo do mercado interno. Certo, este não é o caso da grande maioria dos países do Terceiro Mundo, que dependem de integração sub-regional ou de privilegiar alguma atividade que se beneficie de vantagens comparativas estáticas para aumentar sua inserção no comércio internacional. Exemplos do primeiro caso são o Uruguai e o Paraguai, que, ao entrar para o MERCOSUL, removeram o maior constrangimento ao crescimento, que é a estreiteza do próprio mercado interno. Exemplo do segundo caso é a opção por uma zona de processamento, como se observa em países centro-americanos, o que permite utilizar mão-de-obra semiquificada e barata, num processo de inserção no grande mercado dos Estados Unidos.

A experiência nos ensina que o modelo de desenvolvimento deve ser concebido a partir das peculiaridades de cada país, tendo em conta os constrangimentos do quadro internacional. Ora, o que estamos testemunhando é o desmantelamento do modelo que permitiu a inserção de países da América Latina no processo de industrialização e a adoção acrítica de uma política econômica que privilegia as empresas transnacionais, cuja racionalidade somente pode ser captada no quadro de um sistema de forças que transcende os interesses específicos dos países que o integram. Trata-se de prescindir de políticas nacionais de desenvolvimento, porquanto a estratégia das grandes empresas transnacionais se sobrepõe ao âmbito de visão dos atores nacionais.

A primeira observação a fazer diz respeito ao tipo de racionalidade econômica que tende a prevalecer. O conglomerado transnacional que planeja a alocação de recursos parte de uma visão da disponibilidade destes, à qual escapa a percepção dos valores que cimentam as nacionalidades. Em outras palavras: somente os sistemas sociais estão em condição de ordenar a hierarquização dos valores substantivos. As atividades econômicas ordenadas pelos mercados traduzem valores dos indivíduos, microeconômicos, que são necessariamente heterogêneos e não adicionáveis, exceto mediante uma redução quantitativa. O valor de um pedaço de pão, para um faminto, não pode ser medido com a mesma escala com que se afere o valor da comida de quem nunca sentiu verdadeira fome. Esse exemplo extremo nos permite perلustrar a complexidade do problema.

A empresa transnacional que agencia recursos originários de diversos sistemas produtivos (mão-de-obra, tecnologia, matérias-primas, encargos financeiros, etc.) pretende apoiar-se em critérios racionais. Mas como ignorar que com freqüência se trata de integrar valores substantivos, tarefa que pressupõe a existência de uma política de desenvolvimento nacional. Realizar essa compatibilização é tanto mais difícil quanto mais heterogênea é a sociedade. Ali, onde prevalece a racionalidade formal das empresas transnacionais, sempre existe uma ampla margem de atividades disfuncionais. Com efeito, o avanço das empresas transnacionais nas economias que iniciaram sua industrialização ao impulso da substituição das importações assume a forma de degradação de segmentos importantes do tecido produtivo, com ampla criação de desemprego.

Se observamos de perto o caso do Brasil, que, no período histórico anterior, foi o país do Terceiro Mundo que construiu o mais complexo sistema industrial, comprovamos que nosso País reduziu a eficiência dos investimentos financiados com poupança própria, aumentou sua taxa de endividamento externo, viu crescer amplamente sua taxa de desemprego, contribuindo tudo para uma baixa significativa de sua taxa de crescimento. Em síntese: a transição para a globalização faz-se a um preço considerável. É natural, portanto, que se indague como justificar esse sacrifício e a quem ele beneficia.

A doutrina corrente apresenta-nos a globalização como um imperativo tecnológico, portanto, inescapável para as economias que aspiram a desenvolver-se. Não perceber essa realidade seria submeter-se de forma acrítica aos preceitos ricardianos dos custos comparativos. Ora, a luta contra o subdesenvolvimento só foi possível quando se superou essa visão dogmática da divisão internacional do trabalho. O horizonte tecnológico indica a direção do crescimento e abre um campo de opções. Cabe à política econômica definir seu balizamento. A globalização avançou com grande ímpeto nos decênios que se seguiram à Segunda Guerra Mundial graças à política de abertura dos mercados protagonizada pelos países sedes das grandes empresas transnacionais, que controlam instituições como o antigo GATT e a atual Organização Mundial do Comércio. Em outras palavras, o fator político e a orientação da tecnologia deram ao processo histórico um sentido crescentemente favorável às empresas transnacionais.

Não resta dúvida de que essas transformações estruturais dos sistemas econômicos têm impactos desiguais nos países que as vivem. Aqueles de dimensões econômicas médias ou pequenas, como o Chile e a Costa Rica, podem com facilidade tirar vantagem do novo estilo de integração internacional, beneficiando-se de vantagens comparativas clássicas no quadro de zonas de processamento. É fácil perceber que o fundamento da divisão geográfica do trabalho que está na base desse intercâmbio é, em última instância, a diversidade da dotação de recursos naturais e a diversidade da remuneração da mão-de-obra. Sendo assim, a preservação desse intercâmbio depende da persistência nas desigualdades do custo do trabalho. O único intercâmbio entre iguais seria aquele que se funda na diversidade de dotação de recursos naturais.

À medida que desaparecem as barreiras tarifárias, surge um tecido de atividades econômicas comandadas por empresas que fundam o seu poder no controle da inovação e na proteção do Estado nacional. A combinação de recursos políticos e inovação tecnológica facilita o acesso aos mercados financeiros. A empresa transnacional recruta recursos produtivos em escala global e está em condições de combinar mão-de-obra de baixo preço com trabalho altamente especializado e pode minimizar os custos financeiros e maximizar a remuneração do capital. Trata-se de uma organização horizontal que opera mediante associações variadas de alcance planetário. E essas organizações são entidades de direito privado, sem responsabilidade pública que não sejam aquelas aceitas voluntariamente.

O desafio que se apresenta atualmente é o de identificar a lógica imanente ao agenciamento de recursos por esses complexos transnacionais. Trata-se de novas formas de estruturação do poder capazes de sobrepor-se aos sistemas tradicionais que são constituídos por empresas privadas de atuação local e o Estado nacional. Sua força decorre principalmente da posição de vanguarda tecnológica que ocupam e da possibilidade que têm de mudar a localização de unidades produtivas diante dos custos relativos dos insumos e de alterações nas taxas de câmbio e de juros. Em síntese, a estratégia de uma empresa transnacional é algo de grande complexidade e pressupõe um forte entrosamento com as estruturas de poder político sobre as quais tem crescente influência. Explica-se assim o debilitamento do poder sindical e o declínio das políticas de pleno emprego. Surge uma crescente margem de flexibilidade na administração dos salários, o que engendra uma tendência à concentração de renda que se universaliza. Em síntese, as modificações fundamentais que estão

ocorrendo têm lugar na esfera política de decisões, esfera que escapa à análise rigorosamente econômica. Isso explica o aparente atraso da análise econômica na captação das mudanças em curso.

A visão prospectiva mais completa da área geográfica latino-americana possivelmente é a apresentada pela CEPAL na reunião da UNCTAD-UNDP de fevereiro de 1999. As políticas econômicas tendem a ser uniformizadas para evitar formas bastardas de concorrência e a política monetária perderia relevância mediante um processo de dolarização que já se encontra avançado na maioria dos países da área.

O projeto de monitoramento político para modificar o modelo atual seria levado adiante pelas empresas transnacionais, principalmente as norte-americanas, que representam metade do total e contam com meios políticos para atuar na região. A ação dessas empresas se desdobra atualmente de forma sincrônica, visando a três objetivos estratégicos:

- a) busca de eficiência, o que significa dar ênfase à tecnologia intensiva de capital, com vistas a competir nos mercados mais sofisticados;
- b) busca de matérias-primas, visando a abrir ao exterior o setor produtivo de minerais e combustíveis;
- c) abertura dos mercados financeiros, das telecomunicações, da eletricidade e da distribuição de gás.

A ação das empresas transnacionais nesses setores levaria a uma efetiva integração das economias latino-americanas, emergindo o dólar como moeda comum e assumindo os Estados Unidos as funções de banqueiro central.

A análise dos efeitos que esse tipo de integração tem sobre os distintos países latino-americanos está por ser feita. Já vimos que nos países de pequenos mercados são os recursos naturais não renováveis e a disponibilidade de mão-de-obra barata que balizarão o esforço das entidades produtivas.

Os países que já avançaram no processo de industrialização principalmente voltado para o mercado interno - o Brasil é o exemplo conspícuo - serão confrontados com um dilema: optar pela linha mais fácil de renunciar a um projeto próprio ou lutar para abrir caminho para privilegiar o desenvolvimento do mercado interno. Na segunda hipótese, o acesso à vanguarda tecnológica será mais custoso, mas o desenvolvimento será mais autodirigido, e as forças que apóiam mudanças sociais, mais participativas. Para os que adotam essa posição contestadora, a história está longe de apresentar-se como concluída.

O objetivo que começa a definir-se é o de caminhar para a instituição de uma autoridade financeira mundial, que poderá ou não ser tutelada pelas economias dominantes. Estas se preparam para assumir o controle das atividades monetárias dos chamados países emergentes.

A consciência de que as estruturas atuais expõem povos ricos e pobres a crises de custo social crescente está na origem de múltiplas iniciativas para que se realize um esforço comum de reconstrução institucional. Para avançar nesse terreno se requer espírito de cooperação, a fim de se conciliarem interesses divergentes, e espírito de luta para que os que ocupam posição de poder e têm mais amplo acesso às fontes estratégicas de informação não obruem os débeis a aceitar mais um desses "diktate" responsáveis por tantas tragédias históricas.

O FMI continua enfeudado ao Tesouro dos Estados Unidos e aos interesses financeiros internacionais, o que impede de desempenhar adequadamente esse papel. Recentemente, deu-se um passo adiante com a instituição de uma força de trabalho no Comitê Consultivo das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais. Esse órgão recomendou a instituição de uma autoridade financeira mundial com poderes para definir padrões de regulação financeira. Parte-se da evidência de que o distúrbio que vivemos deve-se à incapacidade do sistema financeiro atual de prever e prevenir as situações caóticas. Entre as medidas sugeridas, inclui-se a criação de fundos de liquidez regionais, fundos que seriam administrados de forma preventiva, e não, para apagar incêndios. Recomenda-se também a adoção de um código internacional de conduta em matéria monetária, fiscal e financeira.

Em uma época de transição como a atual, o mais importante é preservar a margem de autonomia que nos permita utilizar o peso internacional do Brasil para mobilizar e coligar forças na defesa dos interesses de povos que lutem para preservar sua independência. A economia mundial é um sistema de poder engendrado historicamente, portanto, em transformação. Esse poder pode ser virtual: o caso do Brasil é típico pela diferença que existe entre o poder que permanece virtual e aquele que se realiza plenamente. Em nenhum momento de nossa história, foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser.

Essa minha mensagem é um convite para que a reflexão continue. Compreendam que nem sempre pude ser muito claro, mas os que quiserem estudar o assunto encontrarão muitas pistas para seguir. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Sr. João Camilo Pena

Sr. Presidente Anderson Adauto, Dr. Celso Furtado, meus senhores e minhas senhoras, encontrei o poder intelectual de Celso Furtado em 1959, fascinado com o seu livro "Formação Econômica do Brasil". Revendo, agora, livros seus que li, ao longo de 40 anos, inclusive o seu recente "O Capitalismo Global", encontrei características presentes ao longo de todos os seus trabalhos. Uma obra coerente, que evoluiu buscando captar as novas realidades; coerente sem ser estagnada. Uma obra competente, sem sofisticação e sem hermetismo; competente, porém, compreensível. Uma obra vigorosa, que não se atém a modismos, não se ilude com consensos de poderosos ou com campanhas na mídia; vigorosa sem ser espalhafatosa. Resumindo: uma obra competente, coerente e vigorosa.

Cidadão do mundo, Celso Furtado influenciou a literatura econômica, recebeu homenagens em alturas acadêmicas e em sofisticados salões do mundo. É um humanista universal sem traços de provincianismo, mas sempre se preocupou com o seu Nordeste e com o seu Brasil. Nacionalista é, sabendo que o mundo precisa de divisões político-administrativas, e não se encontrou para isso nada melhor do que o Estado-Nação - e não se encontrará tão cedo. Com suas fronteiras, suas leis, suas moedas, seus líderes e seus hinos, os Estados continuarão grandes atores na cena internacional mesmo com a anunciada globalização crescente e, diz Celso Furtado "precisam ser fortalecidos para esse papel"; "a vontade política será o fator determinante na arena internacional dos Estados. E as nações continuarão com suas tradições e suas canções". Creio que o nacionalismo de Celso Furtado tem algo a ver com as tradições e as canções do seu Nordeste brasileiro. Há fios condutores unindo os seus trabalhos.

Em toda a sua obra, Celso Furtado preocupa-se com o espaço nacional, sua organização, seus recursos naturais e construídos, suas rendas e produtividades regionais. Preocupa-se com a distribuição de renda nacional. Ocupa-se com a inserção do Brasil na globalização crescente, "por imperativos tecnológicos", e, para essa adequada inserção, receita mais produtividade sem obsessão com competitividade externa. Acredita que a vontade política e a vontade nacional farão o Brasil ascender na comunidade das nações e propõe que o Estado cuide das questões estruturais.

Nesses campos, Sr. Presidente, permitam-me falar um pouco sobre o futuro, onde, como sabem, passaremos o resto de nossas vidas, nas quais o tempo é recurso natural não renovável - e precisamos usá-lo bem, para crescermos com mais equidade, para não sermos excluídos, e com mais produtividade, para não sermos excluídos.

Planejamento, hoje, para muitos, é atividade secundária. Mercado, estratégia, flexibilização, liberalismo, são conceitos que seriam politicamente mais corretos. Não sei, mas sei que é necessário no Brasil um grande e coordenado esforço descentralizado de levantamento e busca de otimização de nossos recursos naturais não renováveis e renováveis, assim como dos recursos já construídos e dos valores culturais da nossa sociedade, tudo acoplado à inexorabilidade do necessário esforço de desenvolvimento tecnológico. Não sei tudo, mas sei que é necessário voltarmos a levantar os recursos naturais renováveis e não renováveis. É necessário acoplá-los às nossas tradições naturais e a um inexorável desenvolvimento tecnológico, para que não nos contentemos com o destino mediocre e subordinado a interesses mundiais.

Esse tema é, a meu ver, prioritário. Tivemos um longo período de economia predatória, de desenvolvimento não sustentável. Passar para o desenvolvimento sustentável é um objetivo do qual não podemos nos dar ao luxo de abrir mão. Um parêntese: observadores internacionais não incompetentes admitem a possibilidade de que - do mesmo modo que hoje fazem intervenções extraterritoriais a título de defesa de direitos humanos - outras etapas possam trazer intervenções extraterritoriais a título de proteção do meio ambiente.

A propósito, lembro-me de que Celso Furtado, é natural, estudou e escreveu mais sobre o Nordeste, mas seria bom se se debruçasse sobre a Amazônia, se já não o fez, e publicasse a sua visão a respeito.

Como base para esses estudos de levantamento e busca de otimização, impõe-se um aprimoramento do conceito original do IBGE, Geografia e Estatística: mapear o solo, o subsolo, as florestas, as águas, o clima e estudá-los, na busca de um conjunto otimizado. E quanto ao trabalho do homem, horizontalizar e aprofundar o sistema estatístico, absolutamente degenerescente, missão hoje, se houver vontade, amplamente facilitada com a informática, permitindo um sistema descentralizado, atendendo a diretrizes centrais. Sem esses levantamentos e sem o sistema estatístico modernizado, não saberemos quem somos nem para onde podemos ir. Insisto que a identidade nacional é fortemente ligada a um levantamento dos recursos naturais, renováveis e não renováveis, a seu ocupamento, a nossas tradições culturais e ao desenvolvimento tecnológico. Insisto em que nosso sistema estatístico não nos permite, de modo algum, conhecer-nos, entender-nos e fazer com que entremos no futuro com dignidade e altivez. Aliás, o Estado de Minas Gerais precisa de forte ampliação do seu sistema estatístico. Trocas regionais, trocas inter-regionais, matrizes, estoques, fluxos, tudo isso é fundamental, se quisermos entender o Brasil.

Senhores e senhoras, não sei muito, mas, nessa altura da vida, sei que a não-preparação para o nosso futuro é imprevidência, e estamos imprevidentes em relação ao futuro. Em todos os campos brasileiros temos de buscar ser mais previdentes. A começar pela própria imprevidência da Previdência Social na União, nos Estados e nos municípios, hoje com déficits escandalosos. Previdência, sob certo aspecto, mede-se pelo estoque e pelo fluxo de investimentos. Ora, é baixo o nosso estoque de capital bruto em relação ao número de trabalhadores. É muito baixo em relação à Argentina e a toda a América do Sul, e é baixo o nosso fluxo de novos investimentos por trabalhador. Somos um dos países em desenvolvimento do mundo com menor estoque e fluxo de capital por trabalhador. Somando-se a isso, é baixo o nosso índice de escolarização, o que faz baixar o valor do nosso capital humano. Esses baixos investimentos reduzem a produtividade e dificultam o aumento da renda "per capita", metade da qual, digamos, vem das rendas do capital. Ou seja, se queremos aumentar a renda "per capita", temos de fazer crescer o estoque de capital. Isso é absolutamente decisivo. Já não se pode conviver pacificamente com a poupança negativa do Estado brasileiro, da União e dos Estados federados, nem com a alta relação do custo sobre o benefício dos serviços prestados pelo Estado, ou seja, temos baixa poupança, baixo investimento por trabalhador, baixo capital humano por trabalhador, e temos uma forte poupança negativa da União e dos Estados federados e uma alta relação custo-benefício. O Estado brasileiro tributa 32% do produto e tem 8% de déficit. Consome 40% do produto nacional, e não presta serviço, de modo algum, à altura desses 40%. Temos uma altíssima relação custo-benefício do serviço público brasileiro e poupança negativa. O déficit fiscal brasileiro é muito maior do que o que o Estado investe. Poupança pública negativa é grave, gravíssimo, é imprevidência.

Além disso, a empresa brasileira vem sobrevivendo à concorrência não isonômica com o exterior, mas, se, para sobreviver, ela muito aumentou a produtividade do trabalho, em muito viu reduzida a sua capacidade de reinversão de lucro, fonte importante de crescimento. A empresa brasileira também está tolhida em seu crescimento pela absoluta redução da sua capacidade de formação de lucro, em concorrência não isonômica com o exterior. E pergunto: a família brasileira irá buscar uma atitude mais previdente com relação ao futuro, reduzindo o consumo e o desperdício?

Ao falarmos em previdência, Dr. Celso Furtado, é necessário lembrar o problema dos juros altos, que, no Brasil, parecem estar se tornando um aspecto estrutural permanente. Juros altos, causados por políticos e por déficit dos orçamentos públicos, atraem empréstimos externos e internos e são muito apreciados pelos chamados investidores. São um poderoso instrumento de combate a pressões inflacionárias, mas agem no sentido da recessão. Como disse Lord Keynes, se a inflação é injusta, a recessão é cruel. Terrível dilema!

Permito-me um pouco de tecnicismo, com uma rápida reflexão final sobre um aspecto pouco comentado, referente ao afastamento do Estado na construção da infra-estrutura, transferindo-a à iniciativa privada. Ora, a área privada, para suas decisões, trabalha com fluxo de caixa descontado. Por exemplo, uma taxa de desconto de 12% ao ano, após 15 anos, reduzirá o valor de R\$1,00 para R\$0,16. Taxas maiores reduzirão o real a pó, em menos de 15 anos.

O horizonte das avaliações privadas exige, para investimentos em prazos mais longos, que a taxa de juros seja mais baixa. Como a taxa é alta no Brasil, a área privada ou obtém condições de recuperar e remunerar seu investimento com lucros altos nos primeiros dez anos, ou não fará a inversão. De duas, uma: ou aumentamos a poupança interna e baixamos os juros, ou o Estado terá de financiar a empresa ou a si próprio a juros abaixo do mercado. É um dilema terrível: a transferência dos investimentos públicos para a área privada exige a baixa de juros porque não trabalhará com horizontes acima de dez anos. Isso é muito grave e pouco comentado. Esta situação, hoje, no Brasil, é muito visível no setor elétrico, já com forte carência de novos investimentos em geração.

Senhores e senhoras, o Dr. Celso Furtado é coerente em sua evolução intelectual. Sempre teve uma visão utópica, orientando-se por estrelas, e não por nuvens. Sempre soube que utopias podem não ser atingidas, mas são boas conselheiras para viagem, devem ser buscadas. Certamente, as utopias aliviam as agruras do mundo real, que, às vezes, força a desvios do caminho, mas é importante haver o rumo. Dr. Celso Furtado, preocupo-me porque vejo em suas últimas obras alguns traços de amargura e desencanto com os males da humanidade e, quiçá, do Brasil.

Ora, todos precisamos de suas mensagens utópicas, temperadas pela experiência e animadas pela sua competência. Que suas palavras venham trazer a nós confiança no futuro. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Aloysio Biondi

O Prof. Celso Furtado começou dizendo que não ia se deixar tomar pela emoção; faria uma exposição bastante teórica, apesar da gravidade do momento. Quem ouviu suas palavras finais entende o que estava dizendo. Em nenhum momento da nossa história, foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser. As gerações, inclusive a do ex-Ministro Camilo Pena, que estão na faixa de 40 anos e 270 meses, como digo, 60 e 70 anos, assistimos a uma briga de décadas do Brasil para sair da condição de Nação subdesenvolvida, sem indústria, exportando produtos agrícolas e importando produtos industriais, para se tornar uma Nação industrializada. Em cinco anos, tudo foi destruído. Tenho a mesma sensação do Prof. Celso Furtado. Em nenhum momento da nossa história, foi tão grande a distância entre o que somos, o que esperávamos ser e o que estávamos próximos de ser, porque temos todos os recursos para isso. Este País foi destruído nos últimos cinco anos.

Queria fazer uma observação sobre a exposição do ex-Ministro Camilo Pena, quando ele fala na imprevidência do setor público e no custo dos serviços públicos. Só gostaria de ressaltar que eu me surpreendo, porque os juros consumiram, nos últimos cinco anos, 27 bilhões, 45 bilhões, 45 bilhões, 72 bilhões e 130 bilhões este ano. Então, não tem nada que ver com imprevidência e com o setor público - um serviço que a nossa população não tem -, mas com essa política de terra arrasada adotada no País, nos últimos cinco anos, quando saímos de 25 bilhões de juros e fomos para 130 bilhões. Não há economia que gere isso.

Essa preocupação do Prof. Celso Furtado com a distribuição da renda e a criação de um mercado interno é retratada em estudo de sua autoria que deu origem à criação da SUDENE. Eu o tenho guardado até hoje, é um dos textos mais bonitos de Economia que conheço. As suas utopias são realizáveis. Ele colocava não só a necessidade de combater o latifúndio, que as esquerdas defendiam, mas também o reagrupamento dos minifúndios, com o deslocamento de milhões de famílias para os vales úmidos do Maranhão. Isso não aconteceu. O que aconteceu foi as elites se doarem essas terras devolutas. Vimos isso há dez anos, em Tocantins e em Goiás. Não houve reforma agrária no País, e as elites grilaram as terras, doaram-se as terras.

O professor nos indaga se queremos ser um país de novo ou se queremos, como está na página 12, embarcar nessa conversa de globalização, com o dólar como moeda e com os Estados Unidos assumindo não só as funções de banqueiro central, como também a de dono das nossas vidas, dos nossos sonhos.

A globalização nos foi vendida com uma série de mentiras. É claro que ela estava aí, é claro que esse domínio do financeiro sobre a produção está aí, mas acho que ainda podemos tentar deixar de ser apenas um país colonizado, porque este País tem todas as condições para isso. No nosso caso, houve uma série de mentiras para justificar o escancaramento da economia.

Queria começar lembrando que há um mês o Secretário da Receita Federal foi à CPI do Congresso sobre o sistema financeiro e disse que rodam na economia R\$875.000.000.000,00 sem nenhuma tributação, caixa dois. É quase 1 trilhão, é mais que o PIB nacional. Com 10% de taxa, ter-se-iam praticamente R\$100.000.000.000,00, que é também o orçamento da União, tirando-se a previdência e os inativos.

Eu, realmente, sou um conjunturalista, uma pessoa que leva cinco horas por dia garimpando uma notícia e os dados falsos da economia. Tudo que se diz no Brasil é mito, que não se tem poupança, etc. E o Secretário da Receita Federal diz que se tem R\$875.000.000.000,00 girando sem nenhuma taxa e que o Imposto de Renda do assalariado brasileiro é dez vezes o do argentino hoje, proporcionalmente. E diz também aquela coisa fantástica, que ninguém sabia, a respeito da qual deve ter saído alguma portaria, transformando-a em lei -

que é o que se tem feito nos últimos anos; em vez de a portaria regulamentar a lei, a portaria muda a lei - e sobre a qual todo o mundo também pode parar para pensar: nas privatizações, o ágio é devolvido ao comprador. Fiz uma pesquisa, durante cinco anos, sobre privatização, sem "merchandising" para fazer um livrinho, e nunca vi essa informação nem o Secretário da Receita dizer que o ágio da privatização também é devolvido sob a forma de abatimento do Imposto de Renda. Como isso não é do conhecimento de ninguém, deve ter saído uma portaria na surdina, concedendo mais isso.

Então, no caso da CEMIG, se houve ágio, o grupo norte-americano vai recebê-lo de volta. E, se não houver dinheiro, como é que poderemos brigar com a globalização? É a questão que o Dr. Celso Furtado coloca: tendo vergonha, tendo uma política nacional, parando de pagar, para que comprem de nós. No caso da CEMIG, não sei quem viu, mas todo o mundo deve saber. Isso se deu através de um decreto do Presidente, cinco dias antes da sua venda, autorizando o BNDES a emprestar metade da entrada. Na época, foi dito que era metade da entrada; depois, que era 75%. E a carta capital de três semanas atrás revela que foi de 100%, sendo metade com a taxa de juros de longo prazo do BNDES e metade com uma promissória de um ano, com 3,57% de juros ao ano, ou seja, 3,5% de juros ao ano, para que um grupo norte-americano comprasse 1/3 da CEMIG.

Eu não estou fugindo do assunto. Quero dizer que este País precisa ter um projeto nacional e se defender do que está sendo feito. Isso não tem nada a ver com a globalização. Além dos investimentos para a privatização, o BNDES está anunciando financiamento da exportação de automóveis, em vez de a montadora trazer capital. Se existe alguma justificativa para uma multinacional, na globalização, como o professor fala, é exatamente o acesso que ela tem ao capital. Essa é a única vantagem, entre aspas, que ela poderia trazer para o País: seria o capital. O BNDES não financiou a agricultura, e vai financiar a exportação da montadora. Agora, vai financiar as vendas no mercado interno. A mesma CEMIG - estou usando exemplos mineiros, não sei quem viu - vai pagar 97,5% de seu lucro em dividendos, em vez de reinvesti-lo na empresa, e, é claro, o grupo norte-americano também vai remeter o equivalente a sua parte.

Então, o que é que isso tem a ver com a globalização, o que é que isso tem a ver com a política nacional? A nossa falta de recursos é fictícia. Estamos alimentando os grupos internacionais que estão entrando aqui, enquanto poderíamos estar usando esses recursos para ter uma política nacional. Ainda sobre o escancaramento das importações, gostaria de dizer que este Governo, chegando aonde chegou, destruiu a alma nacional, ao jogar o consumidor contra o empresário, ao jogar o consumidor contra o agricultor, ao jogar o contribuinte contra o funcionário público, ou seja, os brasileiros já não são um povo, uma Nação, porque um acha que o outro é o aproveitador, é o safado. Perdemos a identidade nacional e, com isso, aceitamos, por exemplo, que as tarifas deveriam ser rebaixasadas, por causa da tal globalização. Vou dar apenas dois exemplos: para a maioria dos países estrangeiros, para entrar, hoje, no Brasil, a tarifa chamada pelos economistas de tarifa modal é zero. Eles não pagam um tostão de imposto. Já na Coreia, a tarifa modal é de 23%, e, no Japão, de 16%. Esses governos protegem a sua indústria e a sua empresa.

Vimos que o mundo está enfrentando uma fase de superprodução agrícola. Em outubro do ano passado, a comunidade econômica européia criou um imposto extra de 25% sobre qualquer importação, além de deles terem subsídios para quase todos os produtos agrícolas, para impedir as importações baratas, por causa da supersafra, para impedir que invadam o seu mercado. Acontece o contrário do que ouvimos durante esses quatro anos no Brasil.

Globalização é esse fenômeno que o Dr. Celso Furtado colocou: tentativa feita por nações ricas, e suas multinacionais, suas transnacionais, de dominarem as economias locais, inclusive passando por cima dos governos locais - com o Banco Central americano ditando regras, ou com o governo americano ditando regras. Mas, aqui, com o biombo desse fenômeno, este País destruiu sua indústria, o seu emprego.

A "Folha de S. Paulo" trouxe uma matéria maravilhosa, mostrando que o desemprego no Brasil não tem nada a ver com a velocidade do emprego mundial. Chegou a 5,2% do desemprego mundial, apesar de a nossa população ativa ser pouco mais de 3%. Para voltar a ser o que esperávamos ser, é preciso termos um governo que se sinta brasileiro e que, diante da globalização, adote o mínimo das providências que os outros países adotaram. O Presidente da República vai à Organização Mundial do Comércio e faz um discurso criticando os subsídios dos países ricos, dizendo que eles gastam R\$180.000.000,00 com isso, ou seja, discute as barreiras protecionistas. No momento seguinte, ele e sua equipe, a pretexto de que a globalização destrói qualquer apoio à economia nacional, faz o que prega.

Em resumo, a opinião pública foi muito manipulada. Sou jornalista e posso avaliar como a imprensa manipulou a opinião pública nos últimos anos. Fomos preparados para achar que a globalização era inevitável e que era assim no mundo inteiro, só que não é verdade. Os poucos dados que citei mostram que isso não é verdade. Perdemos a noção da realidade. Na época do Ministro Camilo Pena, por exemplo, havia um programa de apoio à empresa nacional. Tínhamos programas do BNDES para a indústria pesada, para a indústria de alta tecnologia, além de programas prioritários para os setores que ocupavam mão-de-obra. Não posso dizer que o papel da mídia seja exceto a "Folha de S. Paulo", só porque tenho uma coluna nesse jornal. Estamos aqui para comentar a fala do Prof. Celso Furtado. Quando faço palestras, pego o jornal de dez dias atrás e o do dia e mostro como o título é mentiroso, como o "leasing" é mentiroso. Não vou mostrar só o "Estado", que bate qualquer recorde de manipulação, mas vou mostrar a "Gazeta Mercantil" e a "Folha de S. Paulo" também, porque a opinião pública está sendo enganada realmente. O que estamos discutindo é a necessidade de reconquistar isso, para não ser essa perspectiva com a qual o Prof. Celso Furtado nos acena, ou seja, ser uma colônia do país dominante, sejam os Estados Unidos, sejam os países ricos, se bem que eu ache que seria interessante que ele nos falasse o que aconteceu, durante este ano, na Europa e nos principais países governados por socialistas. Foram pessimamente noticiadas pela imprensa nacional as decisões de começo de ano, quando foi lançado o ouro, a prioridade para a criação de empregos e o abandono da prioridade da política monetária. Acho que estamos reunidos a fim de discutir se este País quer voltar a ser um país com uma política econômica. Não é verdade que não temos recursos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Antes de prosseguirmos, a Presidência vai ler um convite, que é extensivo a todos: "A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o Instituto Cultural do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural - e o Instituto de Projetos e Pesquisas Tecnológicas e Sociais - IPSO - têm o prazer de convidá-los a participar, nos dias 7, 8, 13, e 14 de julho de 1999, às 19 horas, no Teatro da Assembléia, dos debates: Módulo 1 - 'Desenvolvimento, Federação e Mercado Globalizado'; Módulo 2 - 'Modelo Político e Econômico e a Crise Nacional', os quais integram o Fórum de Políticas Macroeconômicas Alternativas para o Brasil".

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas ao conferencista e aos debatedores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Os telespectadores poderão fazê-las pelo telefone 0800-310888 ou pelo "fax" 031-290770.

Para que possamos agilizar os debates, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se inscrevam previamente, identifiquem-se, sejam objetivos e sucintos, estando dispensadas as formalidades das saudações pessoais. Cada participante disporá de 3 minutos para fazer sua intervenção. Também será reservado o tempo de 3 minutos para resposta.

#### Debates

O Sr. Presidente - A primeira pergunta, destinada ao Prof. Celso Furtado, é de Maria Adélia de Souza, da UNICAMP e da USP: "Nessa sua brilhante reflexão sobre o futuro do Brasil e da América Latina, poderia o senhor elaborar um pouco sobre o significado, nessa prospecção, da influência da União Européia ou de uma aliança com países do Pacífico?".

O Sr. Celso Furtado - Creio que esse é um tema que ninguém do Brasil está preparado para responder. Eu estive seguindo o debate da Europa e percebi que os próprios europeus não sabem muito bem como se situar nesse recorte, nesse desenho mundial que se está querendo definir. O que existe, hoje em dia, é uma tomada de posição em relação ao dólar. A primeira opção é dolarizar. Os europeus, ao criar uma moeda comum, deram o primeiro passo para a opção de não querer dolarizar sua economia. Querem, portanto, reunir recursos com o poder político para evitar o processo de globalização.

Você tem em conta que, por toda a parte, a moeda tende a se unificar. Como manter reservas, senão em dólar? Vejam o que aconteceu na Ásia. Muitos países da Ásia entraram em uma crise séria. Tinham acumulado reservas, mas todas elas foram, automaticamente, transformadas em dólar. É como se todo o mundo soubesse que o poder político que funciona é aquele que emana dos Estados Unidos. Portanto, os Estados Unidos levam, hoje em dia, uma vantagem muito grande nessa discussão.

Vejam o que aconteceu na Cimeira, no Rio de Janeiro: o poder político dos europeus se fragmentou e não pesou muito nas discussões. Os americanos que ficaram por detrás do pano ficaram batendo palmas, e o resultado foi considerado uma vitória deles. O mundo está em transformação. Saber o que pode fazer o Brasil aproximando-se mais da Europa é muito difícil dizer, porque a Europa está buscando, ela mesma, o centro de gravidade, está buscando estruturar-se, ganhar confiança nela mesma. Vocês têm em conta que criar um superestado nacional de tipo novo, em países com grande experiência política e grande passado histórico autônomo é muito difícil, mas eles estão avançando. Vivo lá há 20 anos e percebo que estão avançando perceptivelmente e de forma significativa. Portanto, vamos seguir a política deles, vimos que não estão preparados para fazer concessões maiores.

Aqui, na Cimeira, reuniram-se para um debate, e foi preciso transferir para daqui a alguns anos a tomada de uma decisão, não se deu um passo adiante. Houve muita boa vontade da parte de muitos europeus, mas eles mesmos não estão unidos, os interesses da Alemanha não se coadunam com os da França em matéria agrícola, e basta isso para criar um desequilíbrio dentro da própria Europa, o qual tem que ser resolvido politicamente, numa fase inicial.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Outra pergunta, também dirigida ao Prof. Celso Furtado, de José Aparecido de Pádua, que é do SINDIFISCO de Minas Gerais: "Com a internalização da economia, a 'alavancada' pelo avanço tecnológico, sobretudo nas áreas de informação e microinformática, o que fazer para proteger a economia nacional e a empresa nacional e, ainda, privilegiar e estimular o desenvolvimento do mercado interno?"

O Sr. Celso Furtado - Estimular o desenvolvimento do mercado interno é algo factível. Temos experiência nisso, o Brasil de hoje foi criado porque fez essa opção, a industrialização brasileira foi uma opção política. Segui isso de perto, tendo sido Ministro na época de Juscelino, quando dirigi a SUDENE, e me recordei da batalha que tivemos para defender certas posições no plano internacional. Juscelino Kubitschek teve uma visão muito clara disso, não que ele tivesse chauvinismo ou nacionalismo estrito, tinha uma idéia de interesse nacional, assim como Tancredo. Então, isso é uma coisa de Minas, os políticos mineiros mais esclarecidos tiveram sempre essa posição.

Portanto, isso pode ser discutido. Mas, fora disso, não se pode discutir. Está tudo pendente, porque o Brasil tornou-se, por um lado, uma grande esperança para todos, e, viajando pelo Brasil, percebe-se que todos estão esperando que o País tome uma posição. Como dizia o Biondi, o Brasil tem um peso virtual enorme. Se tomasse posição, na América Latina, mudava, mas, nos últimos anos, não tomou nenhuma posição com relação à grande dificuldade que é a dívida externa. E isso desde 1982. Quando se colocou a crise de 1982, que acompanhei de perto, pois já estava de volta, havia recuperado meus direitos políticos, podia escrever e participar dos debates, houve um tremendo pânico, pois ninguém tinha se preparado para aquilo e era um momento de tomada de posição. Opinei claramente, dizendo que tínhamos que definir nossos interesses, para que tivéssemos apoio dos outros países da América Latina. Fiz essa declaração quando estava em Washington, e muita gente ficou contra mim, mas o caminho era privilegiar a visão nacional do mercado interno. No plano político, as forças são imponderáveis, difíceis de delimitar, e o Brasil, que teve um avanço muito grande na criação de uma classe industrial, teve, depois, uma paralisia parcial nesse processo. A classe industrial brasileira, aparentemente e em grande parte, tinha desistido do mercado interno, preferiu associar-se aos interesses internacionais e investir fora do Brasil. Quanto capital brasileiro, hoje, não está registrado como capital estrangeiro no Brasil? Esse foi o declínio da classe industrial brasileira.

A crise está despertando de novo. Tenho lido alguma coisa sobre isso e me animo a dizer que está havendo um despertar e uma retomada de consciência de que existe um potencial nacional político a ser construído, explorado e usado.

O Terceiro Mundo depende muito disso. E a Europa também. Nessa confrontação com os Estados Unidos, a Europa depende muito de que a América Latina se configure. Mas os americanos deram a grande avançada de entendimento com o México.

Vivi no México, conheço esse país de perto. Era o país que, certamente, tinha a mais clara consciência nacional. Aparentemente, está renunciando a esse projeto, porque houve tal confusão de interesses com a migração e as indústrias americanas situadas no México, que perderam a percepção disso. Não creio ser definitiva essa renúncia. Fora do México, temos que pensar numa aproximação maior com a Venezuela e ver o que se faz para recuperar a Argentina, que está em crise séria. A Argentina é um país bastante importante no comércio com o Brasil, mas está, digamos assim, entregue a uma classe política que entrou em decadência rapidamente. E, só agora, está se recuperando.

É impressionante vermos como a classe política é importante. Na minha opinião, o problema maior do Brasil decorre do fato de que, durante 20 anos, congelou o seu processo político. Então, ele não renovou sua classe política. Acompanhei esse processo "bit by bit" e vi que houve uma seleção negativa de pessoas. As boas foram perdendo espaço, e os outros, subindo. Então, hoje em dia, temos de trabalhar com essa classe política que está aí. Trata-se, portanto, de reconstruirmos a classe política, que é fundamental. Para isso, precisamos da mobilização da sociedade civil. Por outro lado, é preciso repensar o Brasil numa visão nova. Mas isso é responsabilidade da nova geração.

O Sr. Presidente - A próxima pergunta, de Homero Brasil, é dirigida ao jornalista Aloysio Biondi, de Homero Brasil: a globalização transformou o mundo num grande cassino, onde pouquíssimos ganham e muitos perdem. Como lutar contra esse fenômeno mundial organizado, se as resistências são locais e dispersas?

O Sr. Aloysio Biondi - Vou responder sinteticamente, porque não podemos desperdiçar a presença do Prof. Celso Furtado, que tem muito mais coisa para nos dizer.

Com projeto nacional e com vontade de ser brasileiro novamente, como acaba de dizer o Prof. Celso Furtado, o Brasil tem condições de ter um projeto nacional.

Quereria falar novamente sobre o petróleo. As perguntas são todas no sentido de que a globalização seria por causa da tecnologia. E a mentira vendida para nós é que os recursos naturais já não têm importância, que o petróleo, por exemplo, já não tem importância. Isso é uma mentira martelada pelos neoliberais.

Todos pensam que o petróleo serve para movimentar automóvel, mas se esquecem de que os países ricos do hemisfério Norte não têm petróleo. Os Estados Unidos têm reserva para dez anos somente. E todos se esquecem de que a energia lá não é gerada por água de rio, mas de termelétrica com petróleo, gás, carvão. Então, o petróleo continua a ser estratégico. Por isso mesmo, o Prof. Celso Furtado mostra os setores em que, com o pretexto da globalização, esses países e suas transacionais estão atrás. Eles nos venderam a mentira de que petróleo, minério, madeira e terra já não têm importância. A economia dos países ricos pára sem petróleo, porque a energia deles é gerada a partir do petróleo.

Prof. Celso, o senhor falou sobre a crise da dívida externa de 1982. Talvez o senhor gostasse de falar sobre o que está acontecendo com o Brasil em termos de balanço de contas correntes. O senhor vê possibilidade de continuarmos nessa dependência?

O Banco Central divulgou, semana passada, o diferencial de juros que o Brasil está pagando para os banqueiros internacionais, acima da taxa dos títulos norte-americanos. Ano passado, era 3 e 8; agora, em maio, está em 7 e 6. Os nossos empréstimos estão sendo tomados a 15% ao ano, sobre uma dívida de 230. Professor, a crise de 1982, sabemos como foi. E, hoje, como está?

O Sr. Celso Furtado - Ele sabe que ninguém tem resposta, porque isso é do terreno da insensatez. Se me perguntam: "Por que o Brasil se endividou tanto? Porque entrou em alguma guerra? Porque fez grandes investimentos? Porque errou na alocação de recursos?" Respondo: Nada disso. Ele se endividou porque aceitou pagar juros de fantasia, que nenhum país do mundo pagou. Se você pergunta a um funcionário do Governo brasileiro: "Por que vocês aceitam pagar os juros mais altos do mundo?", ninguém tem a resposta. Todos dizem: "Não sei, aconteceu". Mas a responsabilidade foi do Banco Central, que entrou nessa engrenagem e não pôde mais sair. Primeiro, deveriam tentar corrigir esse desequilíbrio dinâmico. Como mostrou o Aloysio, e já fiz esse cálculo várias vezes, se persistirmos, por mais um decênio, nesse processo de endividamento, todo o capital produtivo do Brasil terá sido alienado. O Brasil não existirá mais. Será uma ficção, para esses estrangeiros, estarmos aqui explorando a mão-de-obra. Chegamos à conclusão de que estamos caminhando para uma insensatez. Por que não se chega a um acordo sobre isso? Por que não se discute esse problema? O Brasil está se suicidando com uma dívida. Para os que não são economistas darei uma pequena explicação. Nós, economistas, há muitos anos, estudamos esse problema da relação entre a produtividade e a taxa de juros. Ora, o princípio básico, que aprendemos e que nunca ninguém desmentiu, é de que nenhum sistema pode pagar mais juros do que obtém em produtividade. Agora, admite-se uma margem, porque, por exemplo, se a taxa de juros, que prevalece na Europa, hoje, é de 4%, admite-se uma margem de juros de 2%, por existir o risco de haver uma inflação estúpida e imperceptível. Mas, no caso do Brasil, que tem juros de 20%, que produtividade deveria haver para se pagar isso? É evidente que não há sentido nem em formular essa pergunta. E a atual produtividade do Brasil é zero. Ah, então este País é de mentecaptos. Ele é de todos nós, e não somos tão bobos assim. Então, há uma responsabilidade e uma prestação de contas sobre isso. É preciso que você, que tem peso na imprensa, discuta o problema e chame a atenção para ele. Vi uma pesquisa que ele fez, que é extraordinariamente sistemática e lúcida, sobre esse problema. Portanto, estão avançando na conscientização, que é o mais importante neste caso.

A Sra. Ilma Arruda de Araújo - Boa noite. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Presidente, Deputado Anderson Aduato, pela oportunidade de estarmos aqui, ouvindo o Prof. Celso Furtado. Temos uma dívida para com o professor, não em dinheiro, mas moral. Gostaria de comentar o discurso do Ministro João Camilo, quando disse que as suas idéias seriam uma utopia. Penso que elas sejam sonhos possíveis de serem realizados. Utopia seria imaginar que teremos governos e empresários que permitam que esses sonhos sejam realizados. Gostaria de fazer a seguinte pergunta: A globalização é o nosso destino inevitável? Estamos lidando com pressões insuperáveis? Além disso, gostaria de fazer outra pergunta: Será que o processo de globalização deve acontecer dessa forma? E mais: O senhor não acha que o acordo multilateral de investimentos, elaborado pelos 29 países mais ricos do mundo e negociado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE -, é um crime contra a humanidade?

O Sr. Celso Furtado - Não vou usar essa expressão "crime contra a humanidade", mas estou totalmente de acordo com a crítica a esse entendimento, que tem sido metido garganta a

dentro nos países pobres pelos países poderosos. Quando eles quiseram estender certos serviços públicos, como o cinema e outros, na Europa, houve um protesto tão grande dos europeus que eles voltaram atrás, mas, quando se trata dos interesses dos países pobres, não existe essa força política mobilizada.

Com relação às outras perguntas, todos nós temos nossas opiniões, que não podemos impor aos outros. Globalização é algo curioso, porque o país mais globalizado do mundo é o Brasil, que foi criado pela globalização. Quando os portugueses chegaram aqui, não existia nenhum país, ao contrário do que aconteceu no Peru ou no México. Não existia país, apenas existia um espaço. Os índios foram destruídos como cultura própria, ou como nação, e foi criada uma empresa. Primeiro veio a usina de açúcar e depois outros negócios, e essa situação foi evoluindo até formar a nacionalidade brasileira, que é um caso quase único de nacionalidade formada a partir de tão pouco que chegou a ser tão grande, pois é uma das maiores do mundo atual. Ter 180 milhões de habitantes não é fácil, quanto mais falando a mesma língua. O Brasil é um fenômeno. Apaixonei-me pela situação há muito tempo, e vivo descobrindo mais detalhes. Cheguei a compreender que tudo aqui nasceu a partir da globalização, porque o Brasil nasceu como negócio global. O primeiro grande negócio internacional agrícola foi feito com o açúcar. O Brasil financiou a importação dos escravos e criou a população mestiça brasileira. Tudo foi feito a partir da globalização. Portanto, ninguém deve vir dar lições ao brasileiro sobre o assunto. Essa é uma parte da história.

A outra parte é a seguinte: até que ponto a tecnologia atual conduz implacavelmente a uma globalização? Essa é outra questão. Todos estão de acordo com a existência de uma espécie de imperativo tecnológico, porque a economia de escala é muito importante na economia moderna. Assim, portanto, as empresas que crescem mais levam vantagem. Com isso, todos estão de acordo. Ninguém está de acordo com o fato de isso representar a melhor forma de alocar recursos, ou de distribuir renda. Portanto, não se pode partir de um raciocínio puramente de lógica econômica para um raciocínio político social. Quem quiser discutir que a renda é mal distribuída no Brasil vai partir da globalização? Todos podem dizer que o País tem uma sociedade inerte, com três séculos de vida de escravidão, depois de uma imigração europeia pouco organizada politicamente, mas todos têm que reconhecer que o Brasil só pôde crescer para fora. Por exemplo, o que aconteceu com o País na primeira metade do século XIX? Estagnou. Até 1848, ele esteve estagnado. Durante 50 anos, o Brasil não cresceu, porque não conseguiu inserir-se em uma linha nova de comércio internacional. O açúcar estava decadente. Ele tinha investido um pouco em algodão, mas a Inglaterra também tinha colônias que produziam esse artigo. Assim, o País ficou fora do comércio e entrou em decadência. A explicação do nosso atraso vem a partir daí: em uma época em que o mundo começou a se transformar tecnologicamente, o Brasil ficou atrasado. Só voltou a crescer quando o café se manifestou, na segunda metade do século. Aí o Brasil começa a crescer com o café. Mas o café proporciona um tipo de crescimento que não faz evoluir a tecnologia, na questão de produção. Trata-se de coisa muito simples, pois o café se planta com a demanda de mão-de-obra, portanto foi útil, em certos aspectos, para o Brasil. Mas um país não se desenvolve somente produzindo café, porque isso não abre espaço para a evolução tecnológica diversificada. Isso tudo nós sabemos. Os brasileiros já estudaram o desenvolvimento econômico. Hoje em dia, o pessoal fica levantando esses fantasmas relativos à globalização. Nesse meu trabalho, estabeleci uma clara diferença entre a globalização em nível do sistema produtivo, que é uma decisão microeconômica, em nível das empresas, e a globalização em nível dos sistemas produtivos, dos sistemas nacionais de economia, isso é um fenômeno político. Se os Estados Unidos permitissem a globalização, tenderiam a desaparecer, a se dissolver, porque os Estados Unidos são um país também em formação. Hoje em dia, grande parte da população americana não é integrada socialmente, vivendo num nível de vida muito mais baixo do que o restante da população. Existe uma divisão quase como a existente no Brasil. É um país muito heterogêneo socialmente. Mas eles estão alertas para isso e não permitem a adoção de certas políticas que conduzam ao agravamento dessa situação. O exemplo mais extremo disso é o Japão. Todo mundo admira o Japão porque cresceu muito, globalizou-se, etc. Mas, se formos olhar de perto, veremos que foi o país que se globalizou da forma mais seletiva, a tal ponto que a agricultura japonesa, grande produtora e consumidora de arroz do mundo, tem o preço desse produto muito mais alto que os preços internacionais. Eles podiam beneficiar a população baixando o preço do arroz, importando arroz, mas não o fazem, para não globalizar nesse setor, porque isso lhes tiraria a autonomia de decisão. Se fôssemos olhar o Brasil de perto, teríamos que aplicar esse mesmo tipo de critério. Quando é que a globalização beneficia o Brasil como sistema econômico, como sociedade? Quando é que beneficia algumas empresas, como no caso dessa globalização da indústria automobilística? Beneficiou algumas empresas, mas não criou emprego, não criou riqueza especial para o Brasil. Criou uma sangria de dólares, porque a indústria de automóveis, que era em grande parte nacional, hoje em dia é internacionalizada. Como vocês vêm, esses temas, quando eu, como professor, começo a falar sobre eles, não paro. Perdoem-me se estou falando mais tempo que o previsto, porque existem outras pessoas que querem fazer perguntas.

O Sr. Presidente - A próxima pergunta é também para o Prof. Celso Furtado e é feita por Adriano Miglio Porto, da ATTAC-MG: "Como o senhor vê, no quadro sócio-político mundial atual, a possibilidade de se instaurar a taxa Tobin para combater a miséria no mundo? Quem poderia gerir e aplicar os recursos gerados por essa forma de tributação? Apenas para esclarecer, a taxa Tobin seria a taxa dos fluxos financeiros internacionais. É como se fosse uma CPMF mundial".

O Sr. Celso Furtado - Essa idéia é de um grande economista americano. Eu o conheço e com ele trabalhei, e é evidente que existe a necessidade de um disciplinamento nos fluxos financeiros, que deve ser estabelecido internacionalmente. Todos os países têm interesse nisso. Os Estados Unidos estão contra porque são, atualmente, os grandes beneficiários da desordem financeira. Mas todos os outros países estão à procura de um saneamento, uma ordenação; os asiáticos, particularmente. Portanto, esse é um terreno novo. Estabelecer um sistema financeiro significa estabelecer também um sistema de poder. E quem vai mandar nesse sistema? Foi o problema que coloquei diretamente na minha conferência: a criação de um sistema financeiro mundial. As Nações Unidas já tiveram uma discussão sobre isso e avançaram bastante. Mas ficamos nos perguntando: quem vai mandar nisso? É o Fundo Monetário? O Fundo Monetário é um clube de ricos, monitorado pelos Estados Unidos, sediado em Washington.

Os europeus não aceitam transformar o Fundo Monetário, em seu formato atual, numa agência mundial. Portanto, existe um trabalho político a ser realizado.

Sinto-me um pouco humilhado quando se discute esse problema, porque com que forças políticas conta o Terceiro Mundo? São muito poucas. Pertencia a essa comissão que reúne todos os países do Terceiro Mundo, asiáticos, africanos e latino-americanos, e fiquei perplexo ao saber do peso do Brasil, da importância que tinha a minha opinião. Era um pobre professor que não tinha nenhuma força por estar desligado do Governo. Havia grande interesse quando eu falava. Tinham esperança de que o Brasil definisse alguma posição, liderasse. Quem vai liderar o Terceiro Mundo? Os outros são muito divididos, são fracos, não têm classe política articulada; perdoem-me os africanos, mas ninguém conta com eles para isso. Você fica dependendo dos árabes, que são desunidos. Hoje em dia, dependem muito da China e da Índia, que são os dois países do Terceiro Mundo que têm peso e têm começo de definição de políticas. Caberia ao Brasil aproximar-se desses países. Isso pesaria um pouco, mundialmente na criação de um sistema financeiro internacional global que pudesse um pouco de ordem e evitasse esse carnaval, esse cassino que hoje são as bolsas e o sistema financeiro internacional.

O Sr. Presidente - A Presidência informa aos participantes que a transcrição completa da reunião será publicada no jornal "Minas Gerais - Diário do Legislativo" do dia 17/7/99.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Prof. Celso Furtado, é uma honra para todos nós tê-lo em Minas Gerais como nosso concidadão mineiro. Quero também saudar o jornalista Aloysio Biondi e recomendar a todos os presentes que leiam o seu artigo de domingo passado na "Folha de S. Paulo", no qual tratou da questão do real. Gostaria que o Prof. Celso Furtado e o jornalista Aloysio Biondi comentassem a questão de se defender o que está sendo feito no Brasil.

Temos um diagnóstico de uma realidade trágica, que nos afasta do nosso ideal de um país soberano, de um país em pleno desenvolvimento, que poderia estar melhor do que se encontra hoje. No entanto, estamos com um projeto em andamento por mais três anos e meio. Como defender esse projeto? Onde está o nosso núcleo de resistência e de superação de desafios? Na juventude, nos sindicatos, na sociedade marginalizada e desorganizada, entre os jornalistas, nas universidades? Onde está a força transformadora capaz de vislumbrar essa realidade que aí está para oferecer ao conjunto do povo brasileiro uma visão diferente da que está sendo imposta, inclusive com grande contribuição do sistema de comunicação brasileiro e mundial?

O Sr. Celso Furtado - Permito-me, Biondi, dizer de antemão que eu lhe delego poder para falar em meu nome sobre esse assunto. Ele está muito mais bem informado da atual realidade brasileira, acompanhando diuturnamente esse processo, deduzo, pelo livro que ele acaba de publicar, do que eu, que sou um estudioso à distância. No essencial, com o que ele disser estarei de acordo.

O Sr. Aloysio Biondi - Parece que opinar sobre o que fazer é bastante complicado.

Jornalista como o Prof. Celso Furtado, ele faz uma análise da realidade e transmite para as pessoas, esperando que elas reajam diante dela. O jornalista que ainda gostaria que o Brasil fosse o que sonhamos há vinte anos tenta fazer a mesma coisa. Mostra a realidade e espera que as pessoas se mobilizem. Penso que a nossa opinião pública é bastante acomodada, e essa acomodação veio em função da lavagem cerebral dos últimos anos. As pessoas foram preparadas para aceitar tudo o que está aí. A manipulação continua. Hoje, por exemplo, as pessoas estão sabendo que o barril de petróleo passou de US\$20,00. O petróleo está subindo desde janeiro. Subiu 80%, e os jornais não deram uma linha, e não sei se o professor sabe disso, porque ele não estava no Brasil. Houve a reunião da OPEP para reduzir a produção, em 23 de março. Mas, antes, em janeiro, fevereiro, os blocos já tinham decidido cortar a produção para que o preço subisse, e os nossos jornais não deram uma linha. O preço duplicou, e está todo mundo sem entender o porquê do aumento do preço da gasolina. Ela subiu e vai continuar subindo, e o brasileiro não ficou sabendo que o petróleo duplicou de preço em três meses. Por que os jornais, há quatro anos, a qualquer aumento da gasolina, ficavam histéricos? Por que o preço do petróleo dobra e não sai uma linha? E não digo na primeira página, não. A "Gazeta Mercantil" dá a evolução do barril de petróleo na seção "Mercados de Petróleo", mas fora dali não tem uma linha. Isso porque o Governo ia leiloar as áreas petrolíferas, e o Presidente da Associação Nacional do Petróleo, genro do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ficava dizendo que o preço deveria ser simbólico, sim, porque o petróleo era uma porcaria, ninguém queria mais e que estava caindo no mundo inteiro. Ele passou quatro meses repetindo isso, até o leilão ser feito. De onde virá a reação a sua pergunta, não sei. Repito: poucos brasileiros sabem que temos poços de petróleo, produzindo 10 mil barris ao dia, apenas um poço. É uma coisa que nem no Oriente Médio existe. E anunciamos leilões dessas áreas por R\$50.000,00, e a sociedade não

reage. É preciso haver um despertar dessa sociedade. Não sei se serão os estudantes, se será a classe média ou os desvalidos, mas estamos absolutamente anestesiados por essa lavagem cerebral dos últimos anos, à qual os meios de comunicação se prestaram, sim, e muito.

O Sr. Presidente - Recebemos de Uberlândia e de Feira de Santana, na Bahia, duas colocações, que não são perguntas, são comentários. O Sr. Domingos Marcondes, de Uberlândia, manifesta a importância desta reunião para Minas e para o Brasil. Acredita que Minas Gerais tem todos os valores para sair da presente crise, valores humanos, materiais e culturais para organizar uma política macro-econômica e social que privilegie o povo, e não os interesses políticos, independentemente da dependência ao capital externo.

De Feira de Santana, o Sr. José Joaquim, professor de nível médio, também parabeniza a Assembléia pela teleconferência, pelo nível dos debatedores e dos discursos, porque destoam do discurso do Governo Federal e está voltado mais para a questão social do Brasil.

Para o Prof. Celso Furtado, Arnald Pereira, de Brusque, Santa Catarina, pergunta: "Se o Brasil não pagasse a sua dívida externa, o que isso causaria ao País? Haveria retaliações?".

E também dirigida ao senhor, uma pergunta do jornalista Marcos Jorge: "Gostaria que o senhor manifestasse sua opinião sobre a moratória brasileira, que, em médio e longo prazos, no meu parecer, é inevitável e talvez a única saída para a crise de endividamento em que estamos mergulhados".

O Sr. Celso Furtado - Vou me limitar a considerar a última questão, uma vez que as apreciações anteriores são tomadas de posição positivas e não carecem de comentários. Considero que a época de provocar uma moratória conflitiva passou. Digamos que isso poderia ter sido feito quando Sarney sinalizou nessa direção, porque os Bancos ainda não estavam organizados para se defender completamente, nem o Fundo Monetário tinha conseguido criar esse bloco mundial de poder. Hoje em dia, a situação é diferente, é muito mais precária do lado do Brasil. Mas quem olha para a frente percebe que deve haver algum sentido nessa política. Se chegassem da Lua ou de Marte e perguntassem: Como se explica isso? Qual é a racionalidade dessa política?, diriam: Que política? Todo dia se endivida mais. Qual é a racionalidade disso? Minha opinião é que o objetivo é acabar definitivamente com o sistema monetário brasileiro. Pretende-se liquidar com o sistema, ou seja, encerrar o espaço próprio de política monetária do Brasil, que seria a adoção do sistema colonial medieval inglês, na verdade, o que se chama dolarização, hoje. Mas isso toma tempo, porque os americanos também precisam se organizar para assumir esses riscos. A Argentina tem empurrado a porta, quer passar, quer conseguir consolidar sua dolarização, e os americanos não querem. Provavelmente, pensam em fazer isso conjuntamente com o Brasil. Nesse momento, o Brasil entraria em um sistema de tutela monetária. Acontece que a tutela monetária, em um país socialmente homogêneo, com seus problemas resolvidos, como o Canadá e a Nova Zelândia, não representa muito. Mas a tutela monetária em um país em construção, com desigualdades imensas e com recursos enormes a incorporar, como é o Brasil, é tirar da mão do Governo sua principal alavanca de política. Por que o Brasil se industrializou? Pela política de diferença de ângios, pelo subsídio simplista da política de câmbio. Sabemos muito bem que o Brasil tinha uma política positiva. Aparentemente, há quem diga que o Brasil demonstrou que não tem maturidade nem capacidade para se autogovernar nesse campo. É difícil, com a moeda moderna. É preciso conseguir uma solução alternativa, que é uma tutela sob a forma de dolarização. A Argentina já aceitou; o México está aceitando. Por que não o Brasil? Se se juntarem todos, resolve-se o problema. Digo aos senhores que isso é cristalizar uma situação de dependência do plano político do qual a geração seguinte terá muita dificuldade para se liberar. Portanto, estaremos comprometendo seriamente o futuro do País. Essa é a minha opinião, profunda e séria, depois de muito meditar sobre o assunto com todas as suas ambiguidades. É difícil explicar política? Não é tão difícil de explicar. Assumam a posição deles.

O Sr. Presidente - Pergunta ao jornalista Aloysio Biondi, do Sr. José Roberto Medeiros, servidor público estadual: "Observamos hoje uma ditadura da mídia nacional, em que a verdade das ações políticas e governamentais são encobertas. Busca-se a destruição dos serviços e servidores públicos. Vende-se todo o patrimônio e as empresas públicas a preços vis, com a desculpa de aplicar os recursos nas atividades essenciais; porém, pagam-se juros aos Bancos internacionais e aumentam-se escandalosamente nossas dívidas interna e externa. Sabemos que, nos países do dito Primeiro Mundo, qualquer governante que defendesse esse quadro estaria preso. Uma política de defesa dos interesses nacionais deveria incluir a construção de mais presídios? Como conscientizar a população para a necessidade de construção de um projeto nacional?".

A outra pergunta também é nessa linha, professor: "Nos anos 50 e 60, vários pensadores, principalmente os reunidos no ISEB, consideravam a criação de uma ideologia o passo fundamental para a modificação da realidade. Será que nos anos 90 não estamos em face de uma nova - e perversa - criação ideológica, a ideologia da privatização e do desmonte do Estado? Em caso afirmativo, como neutralizar essa nova ideologia?".

O Sr. Aloysio Biondi - Gostaria de acentuar a gravidade do que o professor disse aqui, que não acha que seja exatamente uma política, e sim uma destruição deliberada da capacidade do Brasil de fazer a sua própria política. Em resumo, com toda a sua cautela, o professor está dizendo que há realmente uma espécie de conspiração. Não é possível que o que tem acontecido no Brasil seja por incompetência ou burrice. Não é isso, é uma política de terra arrasada deliberada para entregar o País à tutela de um outro país.

Essas duas perguntas voltam àquilo que estamos dizendo de maneira geral. Houve, sim, uma manipulação. Como se pode reverter esse processo? Haveria uma grande dependência da imprensa, mas é evidente que existe uma dependência da classe política também. Nesse aspecto, só para não ficarmos apenas pessimistas, acho que, na aproximação da eleição, vê-se alguma mudança na base do Governo. Para mim, o fato político mais importante nas últimas quatro ou cinco semanas foi que a Oposição passou cinco anos querendo investigar o socorro aos Bancos por meio do PROER, mas nunca conseguiu. E, de repente, de uma hora para a outra, uma CPI criada com outra finalidade, que é a do Marka e do Cindam, estendeu suas atividades ao PROER e, inclusive, chamou o Andrade Vieira para ser ouvido. Isso não se faz sem o apoio dos partidos governistas, já que eles são maioria. Isso mostra bem o isolamento crescente no qual o Governo vai ficando.

O que estamos dizendo é que o debate precisa renascer na classe política, na classe estudantil. Acho que o papel da imprensa é fundamental, porque a sua definição já diz, é meio de comunicação, é o que faz a sociedade saber o que está acontecendo. Não tenho fórmula. Temos de brigar de novo, cada um na sua área. Não vejo alternativa.

O Sr. Presidente - Pergunta de Franklin Moreira, do SINDIELETRO e da CUT de Minas Gerais, para o Prof. Celso Furtado: "A verdadeira democracia, com mais poder às organizações sociais e populares, não é o caminho mais viável para a efetivação de um projeto nacional soberano com justiça social?". E há uma pergunta enviada por fax, pelo Sr. Edson, que diz: "Estamos numa transição econômica, social e política de profunda reflexão. Teria V. Sa. alguma fórmula ou modelo que harmonizasse essas fases, preservando-se a unidade nacional, dentro de um projeto nacional?".

O Sr. Celso Furtado - Esses são temas que provavelmente serão analisados ainda durante muito tempo. O que há de concreto é que o País acumulou problemas em uma escala enorme e que a classe política atual está desorientada. Como começar uma reação contra isso? Pela imprensa? Na cátedra? Em debates intelectuais? Em conferências e em iniciativas como esta, que permitem a participação de muita gente, para que todos tomem conhecimento do problema de maneira mais imediata? Está tudo por fazer.

Eu me recordo de ter vivido uma situação parecida em relação ao Nordeste, na década de 50, quando imaginei a criação da SUDENE. Havia tantos problemas na região que eu disse que seria necessário inventar qualquer coisa que unisse muitas forças para conseguir mover o País e ajudar o Nordeste. E consegui o apoio de grandes jornais. Isso é curioso, porque eu não pertenciam a nenhum partido político e nem tinha um tostão para gastar com a imprensa. Dirigia um grupo de trabalho do (...) e comeci simplesmente a mobilizar a imprensa. Consegui, através de grandes artifícios. Recordo-me de que o "Correio da Manhã" era presidido por um grande jornalista, o Paulo Bittencourt. Fui visitá-lo, e ele era um homem difícil, irascível. Acontece que começamos a conversar, e vimos que tínhamos algo em comum. É que tínhamos estudado no mesmo "college" em Cambridge. Ele ficou maravilhado, fomos nos entendendo, e ele colocou o seu jornal à minha disposição. E foi o "Correio da Manhã" o jornal que deu, de imediato, todo o apoio, em primeira página, para o lançamento de uma política nova para o Nordeste, para levantar a região. Com o apoio da imprensa, a classe política levantou-se rapidamente. Foram muitos os políticos que me procuraram. Juscelino também ficou entusiasmado, deu-me todos os poderes para trabalhar. Assim, saímos e, bem ou mal, conseguimos que o Nordeste, que já estava há dezenas de anos em decadência, começasse a se recuperar e a se desenvolver.

Então, isso me ensinou a ser otimista. Hoje em dia, não sei por onde vai começar a reação no Brasil. Quem sabe ela não está começando hoje, aqui, em um Estado como o de Minas Gerais? Estado que tem tanta força política e tanta experiência política, que é o mais importante. Minas é um Estado que se interessa, que promove um seminário como este, convidando-nos para discutir, sem querer fazer propaganda de nada, simplesmente para que possamos compreender as dificuldades por que passa o País. Isso foi feito muito positivamente. Portanto, pode ser que esse seja um pecado meu, original, mas guardo meu otimismo.

O Sr. Gustavo Henrique Neves Machado - Boa-noite, Sr. Presidente, boa-noite senhores debatedores, Prof. Celso Furtado, é uma honra para mim e, acredito, para todos os que aqui se encontram também tê-lo aqui. Gostaria que o jornalista Aloysio Biondi me respondesse, tendo em vista a sua condição de jornalista. A minha pergunta tem cunho social. A gente vê, através dos meios de comunicação, dois ramos bem definidos. Um ramo, que acredita na política social do Presidente da República, e outro, que a critica. A gente vê, nos países do Primeiro Mundo, que têm um PIB muito menor do que o do Brasil, como é o caso do Chile ou da Áustria, que eles têm um adiantado modelo social em relação ao PIB. São países que têm uma distribuição de renda farta, programas de saúde e várias formas de assistência que nós não conseguimos para a população brasileira. Pergunto o seguinte: como podemos sair do Brasil atual, transformando-o num país que tenha a tradição agrícola voltada para minifúndios produtivos, que tenha a base da população trabalhando na área

terceirizada, área de prestação de serviços urbanos, e não só na área agrária, ou seja, terceirizando a economia nacional?

O Sr. Aloysio Biondi - Na verdade, isso é um programa econômico. Quando a Oposição lançou um programa econômico, toda a imprensa ridicularizou-o. Como iam criar 3 milhões de empregos, onde iriam tirar dinheiro? Acho que a resposta deve ser voltada ao Secretário da Receita Federal. Existe dinheiro para fazer os assentamentos em São Paulo? O crédito médio para as famílias assentadas, que estão com uma produtividade acima da média, é de R\$900,00. Então, dá para fazer uma política de apoio à agricultura familiar também. Mais uma vez, existem os recursos, é só olhar o BNDES emprestando R\$1.700.000,00 para a Ford ou emprestando R\$220.000.000,00 para quem comprou as ferrovias paulistas. Quando o Prof. Celso Furtado fala em concentração de renda no Brasil, esquece-se de que a renda concentra-se exatamente em políticas de crédito para grandes grupos. A cobrança de Imposto de Renda é a menos progressiva de todos os países. A alíquota da pessoa física chega a 40%. Aqui fizeram uma reforma às avessas, e a alíquota parou em 25%. Nessa política dos últimos anos, pagamos os juros do crediário, 11,12% ao mês. Os grandes grupos ganham comprando os títulos do Governo a essas taxas altas. Então, a concentração da renda não é uma coisa accidental. Ela acontece em função de uma política econômica que usa todos os instrumentos direcionados aos mesmos segmentos da sociedade. Não sei se dá para sintetizar, mas é uma questão de opção política. Você faz uma cobrança de imposto em cima de quem tem. A progressividade do imposto foi abandonada no Brasil, o crédito idem. Você acaba tendo esse quadro aí. O crédito do ano passado, de 7 e 10 bilhões, foi para refinar dívidas. Não tivemos crédito rural coisíssima nenhuma. Você não tem uma política econômica. O professor acha que estão tentando destruir a política monetária do Brasil. Acho que estão tentando destruir a economia do Brasil inteira, por tudo que vemos em todas as áreas.

Sobre moratória, vou dizer o seguinte: da mentirada da imprensa, no caso da Rússia, o noticiário internacional é todo direcionado, os jornais reproduzem artigos do "Wall Street Journal", disseram que os US\$22.000.000.000,00 que o Fundo Monetário emprestou evaporaram. Insinuam que é corrupção. O Fundo Monetário nunca liberou esse dinheiro para a Rússia. Ele liberou uma parcela de 3 e outra de 8 bilhões em julho, e ela decretou a moratória em agosto. Agora, a Rússia está discutindo os 4 bilhões, para quitar essa parcela do ano passado. Ela não está pedindo mais os 22 bilhões. Por quê? Por causa do petróleo. A Rússia é grande exportadora de petróleo, enquanto os Estados Unidos são o grande importador. A alta do petróleo é o fato econômico do ano. Acredito que a nossa imprensa não disse isso. A Rússia fechou um acordo prévio com os banqueiros, cinco dias antes do Real despencar em janeiro. Os jornais não noticiaram porque não interessava ao Governo que abrissem a discussão sobre a possibilidade de decretar uma moratória, já que tínhamos chegado a uma situação inviável. Não noticiaram naquela época e não noticiaram depois. Você tem que achar isso no meio do noticiário.

O Deputado Edson Rezende - Primeiro, quero deixar clara a nossa satisfação com a presença do Prof. Celso Furtado em um momento tão importante desta discussão. Dizer que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais tem cumprido seu papel, neste ano de 1999, levantando debates em torno dessas questões do pacto federativo, autonomia dos Estados, globalização e filosofia neoliberal.

Queria fazer um comentário: com a nossa presença na discussão do ataque na França, identifiquei dois problemas que discutimos aqui. Conversamos inclusive com eles lá. O primeiro é o seguinte: a força dos meios de comunicação neste final de milênio é uma força nunca antes conhecida, de tal maneira que chega a subjugar a força pessoal de todos nós, a nossa presença nas ruas, nas instituições. Onde estivermos, como o Aloysio Biondi dizia, por onde partir, onde estiver há indignação. Lá também discutimos isso, e eles falaram da mesma forma como falamos aqui. Ou seja, com quem está o poder da comunicação hoje? Não está conosco. Está com aqueles que dominam o poder econômico e o poder político. Queremos discutir também a questão da nossa presença - onde estivermos fisicamente para discutir esses problemas.

A outra questão que discutimos é a seguinte: como está a mobilização dos jovens na França, por exemplo, da juventude com relação à esquerda, com relação à presença de confronto do modelo socioeconômico? Diziam também da dificuldade, muito maior agora do que no passado, de fazer a mobilização. Quero dizer que, diante do poder dos meios de comunicação, já nos colocamos meio derrotados, achando que será impossível vencer os meios de comunicação que dominam as informações. Mais do que nunca, estamos num momento em que o mundo está para passar o poder da informação, o poder do convencimento. Esse poder do convencimento neoliberal subjulgou nações, subjulgou estudantes, subjulgou políticos, subjulgou cidadãos pela repetição permanente, constante em quase todos os canais ou quase todas as estações de rádio ou jornais que vão multiplicando essas idéias. Acho que esse é o nosso grande desafio, já que não temos conosco os meios de comunicação, ou que pelo menos não temos a maioria.

Dr. Celso Furtado, acho que talvez o grande desafio seja acreditar no nosso poder de persuasão e na nossa determinação no sentido de que a nossa presença física é que vai fazer valer, olho no olho do cidadão, daquelas pessoas que estão ali, o que nós acreditamos, no sentido de convencê-los de que a união de todas as forças de todas as entidades é que vai salvar o Brasil. Nesse sentido, acho que no Brasil o empresariado nacional tem que se dar conta de que é preciso unir-se a todas as forças nacionais. Não interessa, agora, qual a cor partidária, mas sim a salvação do Estado nacional brasileiro.

Queria um comentário a respeito dessas questões. Como o senhor vê a força dos meios de comunicação e o fato de nos sentirmos meio fragilizados diante desse processo.

O Sr. Celso Furtado - Estou de acordo com o que o Deputado disse. Gostaria de me fixar nesse ponto: o poder realmente não mudou muito de mãos. No passado, chamava-se capital, de uma forma paga. Era o poder do capital das grandes empresas. Hoje em dia, ele é muito mais difuso, porque a informação é controlada por circuitos e a poupança, que é o capital real, é controlada por circuitos difíceis de serem detectados. Vejam a importância das caixas de pensão atualmente, principalmente nos Estados Unidos. Elas têm uma massa enorme de liquidez, disponibilidade a curto prazo, com a preocupação única de maximizar lucros a curto prazo, o que cria grandes dificuldades para que os governos tenham uma política monetária.

Portanto, há uma realidade nova que precisa ser estudada, mas vamos ver, no fundo, o poder do dinheiro, como dizia minha avó. Mas hoje é muito mais difícil de se precisar onde o dinheiro está escondido, porque um fundo de pensão como esse da PETROBRÁS ou qualquer outro grande fundo tem uma massa de recursos que era usada, quando se privatizavam as grandes indústrias. Poder manipulá-los também era essencial. Independentemente de tudo isso, diria que se pensamos serenamente nesse assunto, chegamos à conclusão de que o Estado nacional ainda é o grande instrumento de poder de que podem se valer os povos pobres. O Estado nacional da Suécia não tem importância nenhuma, pois é uma sociedade muito rica, é homogênea, não tem problemas sociais maiores. Mas num país como o Brasil, que tem problemas de desunião social, de desentendimentos entre grupos e regiões, a heterogeneidade social faz com que o Estado nacional tenha um poder de arbítrio, que passa a ser fundamental para a existência do País. Como se exerce esse poder de estado nacional? O que tivemos no Brasil foi uma degradação do estado nacional, com esse passar de 20 anos sem renovação, com os militares no poder, a sociedade se distanciando do poder e a preocupação em desmoralizar o Estado. Portanto, é um processo de regeneração, de recuperação de estruturas, de moralidade e de acreditar no País. O que está diante de nós é o desafio que se coloca à classe política. Não é fácil dar uma resposta à sua pergunta e à sua inquietação, pois ela é a mesma minha.

O Sr. Armando Costa - A pergunta é dirigida a qualquer um dos dois. Jornalista Aloysio e Prof. Celso Furtado, nessa insanidade que está aí - e todos falaram sobre a concentração de renda e a exclusão social, e o senhor já falou sobre os Estados Unidos, onde não podemos andar na periferia das grandes cidades à noite, no Harlem ou em qualquer centro, porque há revolta na sociedade -, com tudo isso que vemos, e com países com opiniões diferentes, como a Rússia, a China e, até mesmo, a Índia, com muita bomba atômica, a Rússia com mais que o dobro da quantidade de bomba atômica do resto do mundo, os senhores não têm medo de um holocausto ou do reinício de uma guerra fria, em consequência dessa política econômica e do domínio imperialista que existe no mundo?

O Sr. Celso Furtado - Essa é uma pergunta que deixa intrigado qualquer um de nós, mas tenho a impressão de que entram em jogo as convicções fundamentais do homem: ter ou não ter confiança no homem. O homem veio para quê? Um agnóstico como eu, que não tem, propriamente, uma religião organizada, como se orienta nessa situação? É muito fácil orientar-se quando há referências de parâmetros sólidos, feitos pela fé, mas sou de uma geração que se acostumou a crer na razão e a ter confiança no homem, achar que o homem tem recursos para resolver seus problemas e é a soma de todos os problemas. Ele é criativo, o desafio posto ao homem terá sempre a possibilidade de uma resposta positiva, dependendo da ação de alguns homens. Evidentemente, não basta ser homem, é preciso, realmente, que uma sociedade produza, digamos, lideranças e instituições que se orientem no sentido de maximizar possibilidades para o homem. De toda maneira, sou de uma geração que acreditava que o homem nasceu para sobreviver e construir um mundo melhor que este. Portanto, a nossa responsabilidade é deixar para a próxima geração um mundo muito melhor do que aquele que encontramos.

Durante muito tempo, tive essa ilusão. Hoje, já não tenho tanta certeza de que o mundo que vou deixar para os meus netos será melhor, de alguma maneira, do que o que encontrei. A única coisa que posso dizer é que ampliei minha área de ceticismo, sem chegar ao cinismo e sem ser descrente dos valores fundamentais do homem. Não faço concessões ao que é essencial. No mais, cada um encontra o seu caminho.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que um número bastante considerável de perguntas ficará sem resposta, em virtude de haver se esgotado o tempo destinado ao debate. Vamos formular a última pergunta ao Prof. Celso Furtado. É de Pedro Martins, de Caxias do Sul: "Se o País acabasse com o excesso de juros e impostos, não diminuiria a recessão em curto prazo?"

O Sr. Celso Furtado - Não. Isso não tem fundamento. O que acaba com o Brasil não são os impostos. Se nos endividamos e continuamos no processo atual de endividamento, calculo

que, no final do próximo século, estaremos com patrimônio zero. O que chamamos de propriedade nacional seria inferior a zero. Tudo seria papelada de dívida para os estrangeiros, tudo que é relevante, tudo que é reprodutivo. Isso num caso extremo de um país completamente colonizado. Mas não quer dizer que a população não teria emprego. Haveria emprego, como houve nas colônias. Isso não tem nada a ver com a sobrevivência do País, mas muda a natureza do País. Quanta diferença existe entre um país dependente e um independente! Nós, que somos independentes, sabemos que elas existem.

Precisamos preservar a independência que nos resta e temos de lutar por isso. Mas não tenho dúvida alguma de que, se o Brasil se endivida e os credores se organizam como estão fazendo hoje em dia, os acordos com o Fundo Monetário estão policiados, e, em qualquer coisa que formos mexer, teremos de pedir licença. E vai-se vendendo... Que grau de descapitalização houve? Eu calculei que, de 23% a 46%, foi o capital nacional reprodutivo alienado em 4 ou 5 anos. Em 100 anos desse processo, vamos todos acabar pagando aluguel, porque ninguém mais vai ser dono da sua casa. É isso que queria dizer. Não significa que eu fique muito pior, porque poderei ter mais emprego do que hoje. Só que a idéia de Brasil que tenho é que haverá desaparecido, uma Nação independente, com destino próprio, com um povo digno, capaz de marcar o mundo por sua experiência de originalidade, de criatividade. Essa foi a fê que a minha geração teve cegamente no Brasil. E isso teria que ser abandonado.

O Sr. Presidente - A Presidência vai passar a palavra ao ilustre jornalista Biondi, para fazer as suas considerações finais.

O Sr. Aloysio Biondi - Volto a ler o final da palestra do Prof. Celso Furtado, que, para mim, é tudo: "Em nenhum momento foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser. Isso é terrível para essas gerações que brigaram por um Brasil diferente. Tento ser otimista, mas o problema não é discordar do professor. O problema não é que, depois da ditadura, o que restou era ruim, porque quem está fazendo isso são os brasileiros, que, há 20 anos, estariam sentados aqui, conosco, dizendo as mesmas coisas. Essa é a verdade.

Tanto o Presidente da República quanto a sua equipe econômica estavam na luta contra a ditadura e na luta por um projeto nacional. Isso foi muito mais difícil de elaborar. Mas, também, sou otimista, porque estou trabalhando com a molecada, lecionando. Penso que essa geração nova não é tão "americanófila" quanto as pessoas pensam, apenas porque gostam de "rock". Temos de continuar lutando. O amigo Deputado, ao falar da força dos meios de comunicação, não se lembrou de que poderíamos ter tido um meio de comunicação, se as Oposições brasileiras não fossem tão individualistas, tão sectárias e tão dogmáticas, como o PT, que fica brigando com o PDT, e a Articulação, brigando com o Refazendo e com o Remontando. Enquanto o pessoal do neoliberalismo, talvez movido pelo poder e pelo dinheiro, faz tudo em conjunto, as esquerdas, desde que foi quebrado o monopólio do petróleo, deveriam ter entendido o que vinha, para lançar no seu meio de comunicação. Não conseguiu, há quatro anos, há três, há dois e há um, e, agora, está em discussão novamente, e já sabemos como é. Precisamos refazer a cabeça das Oposições também. Obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Prof. Celso Furtado, para as suas considerações finais.

O Sr. Celso Furtado - Gostaria de agradecer a paciência de todos e o interesse demonstrado. Estarei sempre ao lado daqueles que querem lutar por este País, que pertence a todos nós, ainda.

O Sr. Presidente - Caro Prof. Celso Furtado, prezado jornalista Aloysio Biondi, gostaríamos de agradecer as brilhantes idéias e as propostas que os senhores nos apresentaram nesta noite. Temos certeza de que foram plantadas sementes que haverão de frutificar em novos eventos como este, que, aos poucos, se espalharão por todos os rincões deste Estado e deste País. Obrigado pela generosidade e pela inteligência dos senhores. Agradecemos a todos que compareceram e aos nossos telespectadores.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 7, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- Sr. Presidente despachou, em 16/7/99, as seguintes comunicações:

Do Deputado Marcelo Gonçalves, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Jurandir Mendes, ocorrido em 28/6/99, em Capim Branco. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Mauri Torres, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Sebastião Ferreira Alves, ocorrido em 11/7/99, em João Monlevade. (- Ciente. Oficie-se.)

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 16/7/99, a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 42/99\*

Belo Horizonte, 14 de julho de 1999.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a retirada do Projeto de Lei nº 447/99, de 10 de julho de 1999, que revoga o artigo 147 da Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977, alterado pelo artigo 7º da Lei nº 11.114, de 16 de junho de 1993, para reexame.

Atenciosamente,

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais."

- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 447/99.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

Belo Horizonte, 14 de julho de 1999.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame dessa egrégia Assembléia Legislativa, o projeto de lei incluso, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de São João Nepomuceno, para o fim que menciona.

A área a ser doada foi declarada pelo Decreto nº 28.127, de 27 de maio de 1988, de interesse social e destinada ao Programa Comunitário de Habitação Popular - Pró-Habitação -, para propiciar a construção de moradia para a população economicamente carente do Estado. Posteriormente, o Pró-Habitação foi extinto por força do Decreto nº 33.374, de 18 de fevereiro de 1992, que delegou à Secretaria de Estado da Habitação a atribuição de executar as providências que decorressem de tal extinção.

O projeto de lei que ora encaminho ao exame dessa Casa é consequência do programa extinto e sua adoção permitirá que se regularize a situação dos interessados, da faixa de baixa renda, que nele se inscreveram e aguardam a confirmação da propriedade em que foram assentados.

A efetivação dessas providências será cumprida pelo Município de São João Nepomuceno, como donatário do imóvel, dada a sua condição de parceiro na execução do convênio sobre a administração do Pró-Habitação e de ter participado do trabalho de seleção das famílias assentadas.

Valho-me desta oportunidade para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

#### PROJETO DE LEI Nº 455/99

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de São João Nepomuceno, para o fim que menciona.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São João Nepomuceno imóvel constituído de terreno com área de 24 hectares, denominado Chácara Três Marias, situado nesse município, registrado sob o nº R-01-7478, a fls. 84 do livro 2-A-S, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João Nepomuceno, descrito na certidão que compõe o Anexo I.

Parágrafo único - O terreno de que trata o "caput" deste artigo destina-se à regularização, pelo Município de São João Nepomuceno, do assentamento da população de baixa renda inscrita no extinto Programa Comunitário de Habitação Popular - Pró-Habitação, cujos beneficiários são relacionados no Anexo II.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

## AQUI MATÉRIA

Belo Horizonte, 15 de julho de 1999.

Senhor Presidente,

Cumpr-me encaminhar a V. Exa., em atenção ao disposto no art. 62, XXIII, "d", da Constituição do Estado, o nome do Dr. Ronan Gouvea Teixeira, designado para responder pelo cargo de Presidente da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa.

Atenciosamente,

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

#### OFÍCIOS

Do Sr. Antônio Erdes Bortoletti, Diretor-Geral do DER-MG, informando, em atenção a requerimento do Deputado Dimas Rodrigues (realização de obra na ponte sobre o rio Mosquito, no Município de Porteirinha), que, no momento, não há recursos financeiros disponíveis para atender a essa solicitação.

Do Sr. Ronaldo Jaques Camargos Cunha, Chefe do DETRAN-MG, encaminhando, em atenção a requerimento da Comissão de Fiscalização Financeira, relação dos contribuintes que tiveram seus pedidos de restituição de pagamentos de multas deferidos pela Junta Administrativa de Recursos de Infrações do DETRAN-JARI. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 13/7/99, o Sr. Presidente, nos termos do disposto no inciso I do art. 36 da Constituição do Estado e nas Deliberações da Mesa nºs 269, de 4/5/83, que consolida as normas

do Regulamento Geral desta Secretaria, e 463, de 19/9/90, que regulamenta a aplicação do art. 4º da Lei nº 10.254, de 20/7/90, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.105, de 26/8/91, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez permanente, com proventos integrais, a partir de 12/5/99, Ermani Filipe da Cruz, detentor da Função Pública de Motorista, classificada em Agente de Execução, do Grupo de Execução de Apoio à Administração, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do art. 3º da Emenda nº 20 à Constituição Federal, publicada em 16/12/98, e nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, à vista do disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, c/c as Leis nºs 8.443, de 6/10/83, 9.384, de 18/12/86, observado o art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, e os arts. 5º e 6º da Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 10/5/99, Remy Castelar de Miranda, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Agente Parlamentar, classificado em Agente de Execução, do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléia, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

#### RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 25/99 - Objeto: aquisição de materiais elétricos - Licitantes vencedoras: Universo Elétrico Ltda., Comercial Mundial Ltda., Loja Elétrica Ltda., Central Iluminação Ltda. e Comercial Elétrica Contagem Ltda.

#### ERRATA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 9/7/99, pág. 24, col 3, onde se lê:

"exonerando, a partir de 2/7/99, João de Deus Santos Nunes", leia-se:

"exonerando, a partir de 9/7/99, João de Deus Santos Nunes".